ACOMPANHAMENTO DO RISCO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR NO MUNICÍPIO DE SATUNINHA – MARANHÃO

Autora Principal: Maria Thairle dos Santos de Oliveira Carvalho (*e-mail: thairlesantos@gmail.com; Doutoranda em Saúde da Família – Universidade Federal do Maranhão, Município Satubinha – MA*).

Coautores: Mayse Thamyres Lima Silva *(e-mail: maysetlima@gmail.com; Especializada em Nutrição Clínica Funcional – Centro Universitário Santo Agostinho).*

Lais Regina Rabêlo Rosa da Silva (*e-mail: laisrabelo97@hotmail.com; Graduação em Fisioterapia - Universidade CEUMA, Município Satubinha – MA*).

Maria Rafaela Costa da Silva *(e-mail: mrafaelasatu@gmail.com; Graduação em Enfermagem – Universidade Ceuma)*

Elisângela Milhomem dos Santos (*e-mail: milhomem.elisangela@ufma.br; Doutora em Ciências da Saúde – Universidade Federal do Maranhão*).

Introdução: A insegurança alimentar está associada a diversos fatores, como sociais, raciais e ambientais, e é compreendida pela falta de acesso a uma alimentação adequada. A insegurança alimentar compromete a saúde da população, favorecendo alterações sobre a saúde e maior risco para doenças crônicas. Nesse contexto, a Triagem de Risco de Insegurança Alimentar (TRIA) auxilia na identificação do risco por meio de perguntas sobre escassez de alimentos e dificuldade financeira para aquisição alimentar, direcionando intervenções adequadas. **Objetivo:** Descrever o acompanhamento do risco de insegurança alimentar no município de Satubinha. **Metodologia:** Os dados foram obtidos no PEC (Prontuário Eletrônico do Cidadão), por meio de uma lista nominal dos usuários identificados com risco de IA pela TRIA, sendo utilizados o filtro de registro dos últimos 12 meses e para posterior analises complementares, os filtros para idade, sexo e raça/cor. **Resultados:** De acordo com os resultados obtidos pelo PEC, 759 pessoas foram identificadas com risco para IA, representando 8,64% da população do município, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (8784 munícipes). Crianças de 0 a 10 anos de idade, adolescentes de 11 a 19 anos, adultos (homens e mulheres) de 20 a 59 anos e idosos > 60 anos, possuíam prevalência de 20,29%, 19,76%, 49,54% e 10,41%, respectivamente. Entre a população adulta (20 a 59 anos), às mulheres foram as mais afetadas pelo risco de IA representando 59,04% desse grupo. Quanto a autodeclaração racial, 82,87% dos usuários cadastrados consideravam-se

pardos, enquanto que, 5,13% denominavam-se pretos. **Conclusão**: O risco de IA no município atinge diferentes grupos, com destaque para mulheres, crianças e adolescentes. Além disso, destacasse que as pessoas pardas e pretas são majoritariamente afetadas, evidenciando desigualdades sociais, de gênero e raciais. Tais achados reforçam a necessidade de políticas públicas direcionadas e intersetoriais para mitigar os riscos de vulnerabilidades alimentares identificadas.

Palavras chaves: insegurança alimentar; vigilância alimentar e nutricional; saúde; segurança alimentar.